

O paradigma do desenvolvimento



**Levantar a
taxa de
poupança
brasileira
para 30%
do PIB**

Nós, brasileiros, temos uma tradição de olhar pouco para fora de nossas fronteiras. Seja sob o ponto de vista da influência das idéias, como em relação aos comportamentos e valores, a não ser aqueles — e não são poucos — impostos pela propaganda dos padrões alienígenas de consumo. A explicação tradicional vem de nosso isolamento geográfico, característico de nossas gigantescas dimensões continentais, cercados de mar e floresta por todos os lados; menos o Cone Sul para onde, durante muito tempo, nossa geopolítica sempre figurou como “inimigo” externo possível.

Mas hoje em dia é indisfarçável, que a política média é a causa geradora da imensa desmobilização de nossa sociedade e de sua alienação do debate das questões centrais do País. O discurso político dominante está praticamente igual, independente de partidos ou personalidades. Salvo poucas exceções, o maniqueísmo político é simplificador: os de cima se proclamam executores da melhor política, com muitas remissões às dificuldades “naturais”, especialmente a “falta de recursos”; os de baixo, denunciando o sofrimento do povo, desmerecendo as dificuldades e acenando com a mistificação de que, se estivessem no lugar, tudo seria “diferente”. Não faltam no discurso de ninguém as tradicionais promessas de educação, saúde, emprego, segurança e, dependendo da conjuntura do mo-

mento, reforma agrária, melhores estradas, etc., e a sensação é sempre de que as coisas nestas áreas não vão lá muito bem.

Essas referências são para especular sobre o perdido paradigma de desenvolvimento. Causa, em última análise, de nossos problemas e, mais importante, única fonte possível de eficaz solução. E o debate anda tão mesquinho e mistificador que talvez seja necessário lembrar um silogismo impossível de se evitar: só existe desenvolvi-

mento com investimentos e investimentos com poupança. Assim, para falar de forma consequente em desenvolvimento global ou setorial, é preciso dizer antes qual a poupança disponível. E é, aqui, que a tragédia brasileira pode encontrar sua fonte primária. Lembrando que, modernamente já não é mais possível se estabelecer com clareza a fronteira entre o que seria poupança pública e privada.

Discute-se com veemência a crise da saúde. Briga-se pela educação, debate-se o dismantelo das estradas, e reclama-se da precariedade da telefonia. Geme-se da falta de financiamento ao setor imobiliário e da construção civil. Denuncia-se a crise da agricultura. Reclamam-se melhores salários para os servidores públicos. Pede-se um melhor aparelhamento das polícias. Enfim, a crise se especializa, atualmente, por qualquer ponto de vista por onde examinem-se os problemas, seja de infraestrutura, do serviço público ou do

ambiente produtivo. Não há como se negar essa evidência. E o problema, evidentemente, não está na má vontade dos governantes, ainda que alguns deles sejam imperdoáveis em seu comportamento. Nem pode-se, friamente, atribuir-lhes a pecha de incuráveis incompetentes, ainda que justa a irritação do grande público.

O fato básico é que nós estamos vivendo um momento de exaustão de um tipo de desenvolvimento que nos trouxe, da década de 50 até aqui, o velho modelo nacional populista, estatizante e autárquico. Nos tirou da monocultura da cana-de-açúcar e do café, mas nos transformou na economia complexa e na sociedade profundamente desigual que integramos. Modelo baseado na substituição de importações, na industrialização tocada por um Estado empresário, deficitário e superendividado. No protecionismo generalizado, no subsídio, no corporativismo e na urbanização explosiva e desacompanhada de planejamento e de infraestrutura.

Perdemos a coluna mestra do velho modelo quando perdemos o crédito internacional e com ele o modo não inflacionário de financiar o déficit nas contas do Estado. Imprevidentes, mantivemos essa matriz ruinosa de financiamento do Estado brasileiro. Usamos e abusamos da inflação como um socorro perverso e não consentido em que os pobres pagavam a conta do Estado perdulário e esse fazia a farra da especulação financeira. Consequência resumida: a taxa de poupança interna brasileira ficou sozinha encarregada de nossos sonhos nem sempre humildes de desenvolvimento e, modestíssima, vem pedindo arrego para ouvidos moucos.

A taxa de poupança brasileira an-

dou estacionada ao redor de 14% do Produto Interno Bruto (PIB) ao longo de muitos anos. Estamos agora com uma taxa de poupança ao redor de 18% do PIB. Nenhum país do mundo na história ou na atualidade mantém-se em desenvolvimento sustentado com uma taxa de poupança inferior a 30% do PIB! A única exceção é a América do Norte pela circunstância intraplantável de deter o padrão monetário internacional e fazer disso um mecanismo de financiamento.

Um novo paradigma de desenvolvimento impõe a compreensão lúcida dessa regra, posto que a taxa de poupança de um país não é produto do acaso, mas fruto de arranjos institucionais que a política produz ou não. Os do poder em Brasília parecem imaginar que seremos salvos dessa sentença pelo concurso “salvador” do capital estrangeiro, mas ele também só vai ajudar se a poupança interna é alta e com isso os riscos são menores e as probabilidades de ganhos, maiores. Pelo menos aqueles capitais que interessam, os de investimento, pois o capital de curto prazo e especulativo mais tira que bota. Levantar a taxa de poupança brasileira a 30% do PIB deve ser a premissa de um novo paradigma de desenvolvimento, para que, restaurada a nossa capacidade de investir, uma reinventada parceria entre Estado e iniciativa privada dê alguma consistência à vã promessa de progresso com que mistificamos nossa sofrida sociedade.

Volto ao assunto para especular acerca de caminhos por onde se poderia realizar essa complexa, porém, factível tarefa.

■ **Ciro Gomes foi ministro da Fazenda e governador do Ceará**